

Em Busca das Pessoas Que Moram nos *Producers*

É certo que as condições de acesso, uso e produção de conteúdos se alterou significativamente no novo espaço de convergência tecnológica e de plataformas digitais, no último quarto de século. Mas será que nos tornamos todos, agora, simultaneamente utilizadores e produtores (*producers*) de informação? Esta era a questão que colocava Elizabeth Bird num seu artigo de 2011, bastante citado. É também em torno desta problemática que se centra este ensaio de Sara Pereira, que resulta de uma das componentes das suas provas de agregação em ciências da comunicação, agora dada à estampa.

Alteraram-se as condições tecnológicas e mesmo a multiplicação de atos de enunciação e de pronunciamento de um maior número de atores sociais, em particular dos jovens. O afastamento ou descolagem da generalidade dos mais novos face aos meios de difusão coletiva da modernidade e o surgimento de projetos ou de simples espaços abertos a conteúdos produzidos pelos utilizadores, que surgiram desde a primeira década do século XXI, traduziram-se em projetos de jornalismo de cidadãos, em blogs que ampliaram o leque de vozes e, sobretudo, acolheram massas gigantescas de inscritos nas redes sociais digitais. Mesmo que estas mudanças objetivas possam ser passageiras ou exprimir apenas oportunidades para grupos minoritários, é inquestionável que o novo quadro pode abrir perspetivas interessantes em diversos campos da vida social.

Contudo, bastaria ter presente uma perspetiva abrangente das pesquisas sobre as mudanças das últimas décadas do ponto de vista da ecologia comunicacional para não embarcar em conclusões apressadas. Na verdade, os discursos eufóricos e celebratórios do potencial tecnológico, articulados com as crenças persistentes em que desse potencial decorre necessária e universalmente a concretização da promessa nele contida, tendem a desconsiderar aspetos do problema que são cruciais. Em primeiro lugar, os relacionados com as próprias tecnologias e com as redes e plataformas, objeto de processos de naturalização, tomadas como não problemáticas. Mas é sobretudo pela via da descontextualização histórica e sociocultural das práticas com aquelas relacionadas e pela separação dessas práticas relativamente à vida individual e comunitária, que teremos de avaliar os significados e alcance que elas assumem, quando vistas de uma perspetiva holística. Em suma, a questão de Bird (2011) não poderá ter uma resposta simples, visto que ser mais ou menos utilizador e/ou produtor de conteúdos digitais não depende só do fator tecnológico, mas também dos contextos socioculturais, das condições e recursos das pessoas e dos grupos de pertença.

Neste sentido, o foco colocado na cultura participativa dos jovens na era digital, para que chamou a atenção Henry Jenkins (2009), enfatiza conceitos que são certamente relevantes e inovadores no estudo das práticas transmediáticas, como navegação, jogo, negociação, multitarefa, desempenho ou cognição distribuída. Mas corre o risco de alimentar uma visão épica quer da tecnologia quer da juventude, menosprezando questões críticas como a propriedade e controlo das plataformas digitais, e inerentes interesses e lógicas de ação de quem detém esse controlo, ou as situações (crescentes) de desigualdade e precariedade de importantes segmentos dos grupos juvenis.

Acresce que a celebração que é feita frequentemente, quer na *doxa* dominante quer mesmo no terreno da pesquisa científica, do valor da produção de per si também carece de ser submetida à análise crítica. É, pois, pertinente a pergunta colocada por Sara Pereira neste seu trabalho: “porque entusiasmo tanto esta ideia de serem todos produtores?”. O mesmo se poderá dizer do enaltecimento de *ser ativo*. Como se não interessasse a substância, alcance e sentido de tal atividade produtiva, seja para o próprio seja para os outros.

Ainda se poderia dizer que as novas condições e oportunidades no campo da informação e da comunicação permitem que mais pessoas tenham voz na sociedade. No caso concreto das gerações mais novas, trata-se de lhes reconhecer um direito que decorre da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, mas que está ainda longe de ser traduzida nas práticas das instituições a quem cabe acautelar e promover esses direitos.

Avaliar se as possibilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais se orientam para valorizar a voz dos que menos a têm tido ou antes para reforçar a voz daqueles setores que já se encontravam, anteriormente, numa posição de vantagem seria um desafio a ter em consideração. Mas mesmo que tal acontecesse, ainda se tornava necessário perguntar se há alguém para escutar e acolher as vozes daqueles que se manifestam e dessa escuta tirar consequências. Parece assim necessário realçar que, a par de uma cultura de efetiva liberdade de expressão de todos, se impõe cultivar também uma real cultura da escuta, não apenas para responder a quem se exprime, mas para o compreender e acolher na sua singularidade e dignidade. E vem a propósito perguntar também, neste contexto, se a possibilidade de desenvolvimento dessa capacidade de escutar o outro, o diferente, o descartado e que precisa de ser ouvido, se torna viável quando a ecologia comunicacional prevalecente é habitada pelo ruído e se quem deveria escutar nem sequer é capaz de se escutar a si mesmo.

Há duas décadas e meia, uma grande figura da filosofia e da comunicação da América Latina, que recentemente nos deixou, Jesus Martin Barbero, escreveu um artigo que toca em algumas destas questões. Salvaguardadas a distância e as transformações entretanto ocorridas, continua a merecer ser lido e refletido.

Nesse artigo, Barbero (1996) desenvolve, ainda que indiretamente, uma problemática por ele inaugurada uma década antes, com a sua obra de repercussão transcontinental *De los Medios a las Mediaciones* (Barbero, 1987), em que se propõe ir além das antinomias para explorar o que há “entre” os pólos antinômicos. Neste caso, a matéria é precisamente o *destiempo* ou “desfasamento” entre o universo cultural dos alunos e o da escola que estes frequentam. Por detrás estão modelos de comunicação pautados, no primeiro caso, por modelos de não linearidade, de fragmentação, de conectividade, e, no segundo caso, pela lógica do texto impresso, controlado, sequencial e gradativo, valorizador da memória e do rendimento escolar.

Não cabendo aqui apresentar e discutir o que implica o afastamento cada vez maior entre as duas culturas, o que importará reter, na linha do que sublinhava atrás, será o desafio e o risco da incomunicação e, conseqüentemente, da falência do próprio processo educativo, pelo menos para uma boa parte dos alunos. Quando não se reconhece que os novos *media* eletrônicos e digitais desestruturam o modelo da sequencialidade das aprendizagens escolares; rompem as fronteiras espaciais e culturais; geram confusão sobre os lugares do saber; desterritorializam as experiências e as identidades e alteram os referenciais de valor, como será possível encontrar, nessa zona indefinida e problemática entre as duas culturas, os pontos de encontro e de contacto que permitam conjugar os objetivos da educação com os referentes dos formandos?

Esses pontos encontrar-se-ão algures entre dois extremos: a arrogância auto-centrada e auto-referencial da escola, por um lado, e o populismo pedagógico dos professores, por outro. Sendo certo que a aprendizagens não se farão mais, nem porventura principalmente, da transmissão de conteúdos, mas de processos e projetos de envolvimento que tenham por tela de fundo um investimento decidido na atenção, escuta e conhecimento dos mundos socioculturais das gerações mais novas. Ou seja, numa ecologia comunicacional onde todos aprendam a ser protagonistas, a exprimir-se e a escutar-se mutuamente.

Serão estes contextos em que se cuida da qualidade da comunicação que podem ajudar a tornar significativas as potencialidades que a todos abrem as tecnologias e redes digitais, mas que, como no passado, continuam a ser úteis apenas a alguns.

Estou seguro de que Sara Pereira dá, neste seu ensaio, um contributo relevante nessa direção. Mais do que saber se as crianças e os jovens são produtores ou/e consumidores será, talvez, necessário saber se, pelas experiências e oportunidades que vão tendo, se sentem a tornar-se pessoas atentas aos outros e às circunstâncias, capazes de escutar e de partilhar e, nesse processo, de irem assumindo o seu lugar e contributo próprios na sociedade.

Manuel Pinto

*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal*

Referências

Barbero, J. M. (1987). *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonia*. Editorial Gustavo Gili.

Barbero, J. M. (1996). Heredando el futuro. Pensar la educación desde la comunicación. *Nó-madas*, (5).

Bird, E. (2011). Are we all producers now? *Cultural Studies*, 25(4-5), 502–516. <https://doi.org/10.1080/09502386.2011.600532>

Convenção sobre os Direitos da Criança, 20 de novembro, 1989, https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Jenkins, H. (com Purushotma, R., Weigel, M., Clinton, K., & Robison, A.J.). (2009). *Confronting the challenges of participatory culture*. MacArthur Foundation.